

Politização da segurança em quarentena

A calma na tempestade política pode ser o prenúncio de um novo furacão; mas é também uma oportunidade para enfraquecer as turbulências e criar condições para que os reais problemas da área sejam efetivamente enfrentados

Após a crise no Ceará, que teve um caráter disruptivo e serviu para reconfigurar o cenário de curto prazo da área, o movimento de politização da segurança parece ter entrado em compasso de espera. Em época de risco de pandemia de Coronavírus, a analogia possível é que ele, que vinha crescendo sem maiores questionamentos, entrou em quarentena e a última semana foi marcada por uma relativa descompressão do debate.

Nesse processo, chama atenção que, após o revés mensurado pela edição 27 do *Fonte Segura*, o ministro Sergio Moro mudou o tom em suas redes sociais e adotou uma postura mais equidistante, de destacar iniciativas de cooperação interinstitucional e/ou ações da Polícia Federal. Até então a postura era de protagonista e contraposição àqueles que questionavam o papel do governo federal na área. Há uma nítida mudança de estratégia e, ao que tudo indica, uma ação de gerenciamento de imagem e de autopreservação em curso.

Isso porque há no país a constatação de que a excessiva autonomização e politização das forças policiais é ruim e algumas medidas foram propostas para impedir que, no futuro, o Congresso Nacional aprove anistias para movimentos paredistas. É importante frisar, contudo, que essa constatação, por mais verdadeira que seja, não é suficiente. É necessário que o Congresso dedique-se a repensar a arquitetura institucional da segurança pública e em como valorizar o policial brasileiro e garantir que a população não fique refém de interesses eleitorais de algumas lideranças isoladas.

Ao contrário daqueles que imaginam que a crise do Ceará pode se alastrar para o restante do país, o *Fonte Segura* analisa que os interesses e conflitos políticos das lideranças policiais do estado foram únicos e isso deve impedir um efeito cascata. Não se descartam tentativas de mobilização e/ou conflitos entre governos e policiais. Contudo, no plano nacional, o que ocorreu no Ceará provocou uma inflexão política que ainda não consegue ser totalmente mensurada.

O que se sabe é que, da mesma forma como ocorre na Magistratura e no Ministério Público, as polícias precisam prever cláusulas de barreira que impeçam a migração de mão dupla entre polícia e política. No caso do Judiciário e do MP, caso queiram ser candidatos, seus membros precisam se exonerar e não podem voltar à ativa. Talvez tenhamos que adotar para todas essas instituições algo mais rígido, como uma efetiva quarentena entre o momento da descompatibilização e a liberação para que tais profissionais sejam candidatos a cargos eletivos.

Isso preservaria as instituições e permitiria investirmos pesado na construção de um amplo e inovador programa de valorização das polícias e dos policiais brasileiros. A instrumentalização política induz que as ações e programas vivam de soluções e soluções pontuais e que as questões de fundo, estruturais, não sejam endereçadas.

Questões como, por exemplo, a violência contra a mulher, cujos números mostram-se persistentes e, no caso dos feminicídios, crescentes. A calma na tempestade política observada na semana passada pode muito bem ser aquela que antecede um novo furacão, mas, por ora, ela pode ser aproveitada para enfraquecer as turbulências e criar condições para que os reais problemas da área sejam efetivamente enfrentados. Tudo dependerá da resiliência em resistirmos às tentações da instrumentalização política, ainda mais quando se aproxima o período para que pré-candidatos a cargos eletivos se descompatibilizem de seus cargos para poder competir.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh>

